

# MOVIMENTO DE INTERVENÇÃO E CIDADANIA

## Relatório de actividades de 2006

### **As eleições presidenciais e o nascimento do MIC**

As eleições presidenciais de 22 de Janeiro de 2006, em que Manuel Alegre recolheu 20,7 por cento dos votos, ficando à frente do candidato oficial do seu próprio partido, mostraram que havia em Portugal espaço para a democracia participativa e para o aprofundamento da cidadania.

Assim, logo uma semana após as eleições, Manuel Alegre reuniu em Lisboa a Comissão Política, os mandatários e os coordenadores da sua candidatura à Presidência da República. Depois de ter feito uma breve análise dos resultados, salientando o resultado histórico alcançado, mesmo nas condições de grande desigualdade de meios e de comunicação com que foi travado, Manuel Alegre reiterou que o movimento de cidadãos que pode resultar desta candidatura não se deverá constituir em partido político nem interferir na vida interna de nenhum partido. Esta reunião, realizada em 29 de Janeiro, marcou o arranque do movimento.

Em 18 de Fevereiro, em reunião realizada em Coimbra, foi aprovada a Carta de Intenções do MIC – Movimento de Intervenção e Cidadania, segundo a qual o MIC deverá contribuir, através da intervenção cívica, para o aprofundamento da democracia participativa inscrita no artigo 2º da Constituição da República, para a renovação geral da nossa vida democrática e para o cumprimento das metas morais e sociais da Constituição. Desta reunião resultou ainda a escolha de Ana Sara Brito como Coordenadora Nacional Provisória, coadjuvada por dois adjuntos, Pedro Tito de Moraes e Joana Melo Antunes, bem como a constituição de um Conselho Nacional, com representantes de todo o país, cuja composição não ficou ainda definida.

### **Primeiros debates e iniciativas**

Em 26 de Março de 2006, o MIC apresentou em Lisboa ontem a sua iniciativa inaugural, com o lançamento de uma petição que reivindica o alargamento da licença de paternidade de cinco para dez dias úteis. O texto foi apresentado no final da primeira acção promovida pelo MIC, na qual um painel de convidados (Helena Matos, António Feijó e Inês Pedrosa) falou sobre o tema “Mães e Pais, cidadanias iguais”. Coube a Maria do Céu Cunha Rego anunciar o arranque da recolha de assinaturas da petição.

Em 30 de Março, Manuel Alegre desloca-se ao Porto para um jantar de lançamento do MIC e em 19 de Maio vai a Lamego, participar noutro jantar de lançamento do MIC.

## **A Assembleia de Fundadores**

Em 27 de Maio reúne em Lisboa a Assembleia Constituinte do MIC, com 71 pessoas presentes, vindas de todo o país, incluindo as regiões autónomas e 70 pessoas que se fizeram representar por procuração. Posteriormente mais 20 pessoas convidadas por Manuel Alegre para a reunião declararam querer pertencer ao núcleo fundador do MIC. Na Assembleia Constituinte foi aprovada por unanimidade e aclamação a decisão de constituir uma associação cívica sem fins lucrativos para dar corpo aos objectivos do Movimento de Intervenção e Cidadania. Foram aprovados, também por unanimidade e na generalidade, após amplo debate, o projecto de estatutos do MIC preparado por João Correia.

Foi aprovada por unanimidade a constituição da Comissão Instaladora do MIC, proposta por Manuel Alegre, com 31 pessoas, que são: Albano Silva – Portalegre; Albino Bárbara – Guarda; Carlos Costa Moreira – Leiria; Carlos Cunha – Santarém; Cipriano Justo – Lisboa; Dinis Cortes – Beja; Elísio Estanque – Coimbra; Ernesto Silva – Porto; Helena Roseta – Lisboa; João Correia – Lisboa; João Isidoro - R. A. Madeira; Jorge Bateira – Porto; Jorge Ginja - Vila Real; Jorge Silva – Viseu; Jorge Sobral – Leiria; José Barbosa – Braga; José Emílio Viana – Viana; José Faria e Costa – Coimbra; José Manuel Jorge – Bragança; José Leitão – Lisboa; José Luís Cardoso – Évora; Josias Gil – Aveiro; Manuel Correia Fernandes – Porto; Manuel Sá Couto - R. A. Açores; Manuela Neto – Faro; Maria Amélia Campos – Setúbal; Maria do Céu Cunha Rego – Lisboa; Maria Teresa Portugal – Coimbra; Pedro Tito de Moraes – Lisboa; Rosa Castro Pita – Coimbra; Valter Diogo - C. Branco.

Foi também aprovada por unanimidade a constituição de uma Comissão de Redacção, a quem foram delegados poderes para fazer a redacção final dos Estatutos, composta por 8 pessoas, que são: Carlos Cunha – Santarém; Helena Roseta – Lisboa; João Correia – Lisboa; Jorge Bateira – Porto; José Faria e Costa – Coimbra; José Leitão – Lisboa; José Luís Cardoso – Évora; Maria do Céu Cunha Rego – Lisboa.

A Assembleia deliberou ainda que os participantes nesta sessão constituinte passassem, por direito próprio, a integrar o Conselho de Fundadores do MIC, presidido por Manuel Alegre, que ficou assim composto por 141 pessoas, a que mais tarde acresceram 20 pessoas directamente convidadas por Manuel Alegre e que não puderam estar presentes nem enviar procuração.

## **Iniciativas do MIC na internet e em todo o país**

Em Junho de 2006 surgiram vários e blogues locais, nomeadamente o blog do MIC Porto, do MIC por Coimbra e do MIC de Almeirim. Por sua vez o núcleo de Santarém criou um site local. Todos estes espaços criaram oportunidades de debate em defesa da cidadania sobre os mais diversos temas. A criação destes espaços virtuais resultou da iniciativa de núcleos locais, dinamizados por membros fundadores do MIC.

Em Junho de 2006 realizou-se em Lisboa, no dia 5, um Debate intitulado “Envelhecer: da invisibilidade à exclusão”, com intervenções de Maria de Lourdes Quaresma, Heloísa Perista, João Lázaro e Paula Guimarães. Nesse debate foi defendida a criação de um "Parlamento sénior" e a revisão do artº 13 da Constituição no sentido de incluir o combate à discriminação pela idade.

Em Julho realiza-se me Coimbra, no dia 13, o primeiro debate do núcleo de Coimbra do MIC, no Café Santa Cruz, tendo como tema "A Crise da Democracia e a Coesão Social" e a presença de Manuel Alegre, para além do painel de oradores formado por José Faria Costa, Virgínia Ferreira, Jorge Leite, Mariana Dias e Elísio Estanque.

No dia 12 de Julho Manuel Alegre entregou na Assembleia da República um projecto de lei sobre o alargamento da licença de paternidade. O projecto inspirou-se na petição lançada em Março pelo MIC.

Em 23 de Setembro o núcleo de Viana de Castelo promoveu um debate sobre “Água: Mercadoria ou Direito Humano?”, com a presença de Manuel Alegre.

## **Os estatutos e a formalização do MIC**

A designação de “Movimento de Intervenção e Cidadania – MIC” foi oficialmente solicitada ao Registo Nacional de Pessoas Colectivas em 11 de Julho de 2006, tendo sido aceite e tendo sido atribuído ao MIC o número de pessoa colectiva P507712587 ( que posteriormente passou a 507712587) . Em 20 de Junho, quatro dos membros da Comissão Instaladora, residentes em Lisboa, respectivamente, João Correia, José Leitão, Pedro Tito de Moraes e Helena Roseta abriram conta bancária em nome do MIC na Caixa Geral de Depósitos, agência da Assembleia da República, em Lisboa, com o NIB 0035 0121 0000 3412 6303 2. Foi também aberto um apartado postal nos CTT, agência da Praça D. Luís, em Lisboa.

A Comissão de Redacção reuniu no dia 8 de Julho em Lisboa, tendo sido debatido um guião, preparado por João Correia, do projecto de estatutos com as propostas de alteração apresentadas na Assembleia Constituinte de 27 de Maio. Foram ainda apresentadas novas propostas e sugestões de redacção por Maria do Céu Cunha Rego, Jorge Bateira e Carlos Cunha. O resultado do trabalho da Comissão de Redacção foi apresentado no mesmo dia 8, à tarde, na sede da Associação 25 de Abril, à Comissão Instaladora, que após debate aprovou os Estatutos do MIC, na especialidade e em votação final global. Nesta reunião da Comissão Instaladora ficou ainda decidido: definir o valor da quota e da jóia, que foi fixado em 5 euros cada, pedindo-se aos membros fundadores um donativo adicional de 15 euros. Foram prestadas contas da recolha de fundos realizada na Assembleia de 17 de Maio e das despesas e diligências realizadas entretanto. O projecto do site foi apresentado e aprovado e ficou designada uma delegação com competência para outorgar a escritura dos Estatutos, constituída por Manuel Alegre, João Correia, José Leitão, Helena Roseta, Cipriano Justo, Pedro Tito de Moraes e Carlos Cunha.

Em 16 de Setembro voltou a reunir, em Coimbra, a Comissão Instaladora, tendo analisado as actividades dos núcleos. Foi edeliberado marcar eleições para os órgãos sociais da associação para próximo do dia 4 de Novembro, um ano após a apresentação do Contrato Presidencial de Manuel Alegre. A mesa, composta por Manuela Neto, Manuel Correia Fernandes, Rosa Pita, Helena Roseta e José Leitão ficou encarregue de coordenar as diligências eleitorais, incluindo a data de apresentação de listas e a possibilidade de voto por correspondência.

Em 26 de Setembro, um ano após o anúncio da sua candidatura à Presidência da República, uma delegação chefiada por Manuel Alegre e composta por João Correia, José Leitão, Helena Roseta, Cipriano Justo, Pedro Tito Morais e Carlos Cunha, outorgou em escritura pública os Estatutos do MIC, no cartório notarial de Lisboa sito na Rua dos Sapateiros, 158, 3º andar. O anúncio de constituição do MIC foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº 219, de 14 de Novembro de 2006, página 25.543.

### **O site, o alargamento do MIC e a eleição dos novos corpos sociais**

Em 10 de Outubro, Manuel Alegre apresentou oficialmente o MIC em Lisboa, tendo reafirmado a importância do “poder dos cidadãos”. Na mesma data é inaugurado o site do MIC, em [www.micportugal.org](http://www.micportugal.org), com possibilidade de inscrição de membros on-line. Num só dia o site regista mais de 110 adesões, que continuam nas semanas seguintes, reforçando-se a cada intervenção pública de Manuel Alegre, ao mesmo tempo que a CGTP promove grandes mobilizações de rua.

Em 21 de Outubro reúne em Lisboa a mesa da Comissão Instaladora, que fixa a data das eleições em 6 de Novembro e aprova o regimento eleitoral. O voto é exclusivamente por correspondência e é aberto a todos os inscritos até 25 de Outubro. As listas para os órgãos sociais devem respeitar a paridade e a representatividade regional, nos termos dos Estatutos do MIC. O colégio eleitoral, divulgado no site, é constituído por 526 inscritos.

Em 6 de Novembro é feito em Lisboa o escrutínio público dos votos entrados. É eleita a única lista apresentada para os quatro órgãos – Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho Geral e Comissão Coordenadora. Dos 181 votos entrados, a Mesa e o Conselho Geral recolheram 176 votos favoráveis ( 97,2% ), a Comissão Coordenadora 178 ( 98,3% )e o Conselho Fiscal 179 (98,9%). A percentagem de votantes foi de 35,5% ( 181 votos em 510 inscritos nos cadernos eleitorais ). A mesa eleitoral foi constituída por Manuela Neto, José Leitão e Helena Roseta.

Os novos órgãos sociais do MIC têm a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral: Presidente – José de Faria e Costa, Coimbra Vice-Presidente – Alfredo Correia de Mansilha Assunção, Porto Secretária – Maria

do Céu Cunha Rego, Lisboa; Suplentes Carlos Brito, Faro e Maria Eunice de Castro, Lisboa.

Conselho Geral: Efectivos – Albano Silva, Portalegre; Albino Bárbara, Guarda; Alice Castro, Coimbra; António Neto Brandão, Aveiro; António Pires da Silva, Faro; Camilo Mortágua, Beja; Cipriano Justo, Lisboa; Dinis Cortes, Beja; Eduardo Rosas Milheiro, Santarém; Elísio Estanque, Coimbra; Fernanda Figueira Gonçalves, Braga; Frederica da Armada, Porto; Helena Correia, Coimbra; João Isidoro, R. A. Madeira; Joaquim Sarmento, Viseu; Jorge Ginja, Vila Real; José Barbosa, Braga; José Luís Cardoso, Évora; José Manuel Jorge, Bragança; José Niza, Santarém; Josias Gil, Aveiro; Luísa Feijó, Porto; Manuel Mendes, Lisboa; Manuel Sá Couto, R. A. Açores; Maria Amélia Campos, Setúbal; Maria Clara Correia Fernandes, Porto; Maria da Conceição Delong, Faro; Maria José Guerreiro, Viana; Micaela Sousa, Leiria; Valter Diogo, Castelo Branco. Suplentes – Alípio de Melo, Guarda; Ana Rita Santos Silva, Viseu; António José Moedas Travanca, Setúbal; Carla Alves, Lisboa / Vila Real; Dinis Nunes, Faro; Fernando Bebiano, Bragança; Gonçalo Pacheco, Portalegre; Joana Melo Antunes, R.A. Açores; Joaquim Leonardo Martins, Castelo Branco; Jorge Sobral, Leiria; José António Cardoso, R.A. Madeira; José Maria Silva, Porto; Luísa Amora Santos, Santarém; Manuel Carneiro, Aveiro; Pedro Jorge, Coimbra; Sara Simões, Viana.

Comissão Coordenadora: Presidente – João Correia, Lisboa; Vice-Presidente – Manuel Correia Fernandes, Porto; Secretária – Paula Marques, Setúbal; Tesoureiro – Carlos Cunha, Santarém; Vogais: Acácio Alferes, Évora; Helena Roseta, Lisboa; Jorge Silva, Viseu; José Emílio Viana, Viana do Castelo; José Leitão, Lisboa; Manuela Neto, Faro; Rosa Pita, Coimbra. Suplentes: Ana Horta, Beja; Ernesto Silva, Porto; Cristina Fragoso, Lisboa; Nuno David, Lisboa; Pedro Motta, Braga; Pedro Tito de Moraes, Lisboa.

Conselho Fiscal: Presidente – José Torres Campos, Lisboa; Vogal – António Pina Pereira, Lisboa; Vogal – Vanda Ricardo, Portalegre. Suplentes: António Durão, Coimbra e Maria Cristina Clímaco, Lisboa.

Os novos órgãos sociais tomam posse no dia 30 de Novembro em Santarém, após um jantar de confraternização promovido pelo núcleo de Santarém com a presença de Manuel Alegre, em que usaram da palavra os quatro presidentes dos órgãos do MIC.

### **Novas iniciativas do MIC em todo o país**

Em Outubro o primeiro núcleo distrital do MIC surge em Santarém e lança fórum de debate sobre a regionalização.

Entretanto, no site do MIC são abertos os seguintes fóruns temáticos on-line: Saúde ilimitada, moderado por Cipriano Justo; Economia e Cidadania, moderado por Alexandre Azevedo Pinto; Território, desertificação e cidadania, moderado por Manuel Correia Fernandes e Helena Roseta; Envelhecimento e

sociedade, moderado por Lurdes Quaresma; Água, mercadoria ou direito humano, moderado por José Emílio Viana; Igualdade de Homens e Mulheres, moderado por Maria do Céu Cunha Rego; e A questão social e as relações laborais, moderado por Elísio Estanque.

Em 31 de Outubro o MICporto constitui-se como associação de âmbito regional e em 5 de Dezembro arranca o MIC de Cascais, com a presença de Manuel Alegre. Em 11 de Dezembro é a vez do MIC de Viseu.

Em 13 de Dezembro o Presidente da Comissão Coordenadora lança as linhas de acção para o MIC, consubstanciadas em 10 pontos postos à discussão no site.

### **A questão da IVG e o referendo**

Em 29 de Novembro, após deliberação da Assembleia da República, o Presidente da República convoca para 11 de Fevereiro de 2007 o referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez. No jantar de Santarém, no dia seguinte, Manuel Alegre e João Correia apelam à participação. Nesse mesmo dia reúne a Comissão Coordenadora que decide igualmente incentivar a participação cívica no referendo.

Em 15 de Dezembro, abre no site do MIC o fórum “Despenalizar o aborto, sim ou não?”, moderado por Madalena Barbosa e onde passa a decorrer um debate muito intenso sobre o tema. O site do MIC divulga também um argumentário muito desenvolvido. Nesse mesmo dia é divulgado um comunicado da Comissão Coordenadora do MIC informando que irá proceder a um referendo interno, que se pretende o mais participado possível e que viabilize a tomada de posição do M.I.C. enquanto Associação. O debate interno, alargado a todos os que queiram nele intervir, decorre entre os dias 15 de Dezembro e 10 de Janeiro e o referendo interno, a realizar por via electrónica através do site, fica marcado para 11 de Janeiro.

### **Adesões e visitas ao site**

Assim se conclui o primeiro ano do MIC, no final do qual a associação contava com 161 membros fundadores, 430 efectivos e 152 participantes, num total de 743 membros.

Nesse mesmo ano, o site registou um total de 5842 visitas individuais, sendo 2948 em Novembro e 2894 em Dezembro.

### **Conclusões**

Todo o trabalho desenvolvido em 2006 só foi possível devido ao entusiasmo dos membros do MIC e à sua capacidade de desenvolver ou de se envolver em

acções de cidadania. Sem recursos para além das quotas e donativos e sem meios próprios, sem sedes e sem nenhum lóbi por trás, o MIC afirmou-se em 2006 como um espaço de liberdade e defesa da cidadania, tendo como referência a experiência pioneira da campanha presidencial de Manuel Alegre, cujas intervenções públicas tiveram sempre reflexo na visibilidade do MIC, no aumento de visitas ao site e nas adesões de novos membros. Em muitos locais onde não houve iniciativas próprias do MIC, membros da associação empenharam-se noutras mobilizações cívicas, alargando assim a esfera de influência e acção do próprio movimento.

Pela Comissão Coordenadora

João Correia

Coimbra, 7 de Fevereiro de 2009